
O CONCEITO PSICANALÍTICO DE MORTE E LUTO: UMA PERSPECTIVA FREUDIANA

EL CONCEPTO PSICOANALÍTICO DE MUERTE Y LUTO: UNA PERSPECTIVA FREUDIANA

Roberta Cristina de Oliveira Saçço¹

RESUMO: Este artigo procura descrever os conceitos de morte e luto com base nos estudos psicanalíticos de Sigmund Freud. De forma paralela analisaremos o romance “K. Relato de uma busca” de Bernardo Kuscinski. O autor é irmão de Ana Rosa Kuscinski, desaparecida política na época da ditadura civil-militar de 1964-1985. Nosso objetivo é investigar as consequências da morte violenta na estrutura psíquica dos familiares dos sobreviventes. Com esse recorte, buscamos compreender os sentimentos e os sintomas do processo de luto.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; luto; trauma; ficção; testemunho.

RESUMEN: Este artículo busca describir los conceptos de muerte y luto con base en los estudios psicoanalíticos de Sigmund Freud. De forma paralela analizaremos la novela "K. Relato de una búsqueda" de Bernardo Kuscinski. El autor es hermano de Ana Rosa Kuscinski, desaparecida política en la época de la dictadura civil-militar de 1964-1985. Nuestro objetivo es investigar las consecuencias de la muerte violenta en la estructura psíquica de los familiares de los sobrevivientes. Con ese recorte, buscamos comprender los sentimientos y los síntomas del proceso de duelo.

PALABRAS-CLAVE: Psicoanálisis; luto; traumatismo; ficción; testimonio.

O HOMEM E A MORTE

Procuramos investigar o conceito de luto associado à temática da morte. Como o ser humano tem uma relação de negação com a morte, a experiência do luto também tende a ser negada. Assim, buscamos investigar como Freud compreende a morte, o luto e o sentimento de culpa associados às tentativas de elaboração psíquica.

Sigmund Freud em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte” (1915), no texto “Nossa atitude perante a morte”, nos leva a refletir que o que nos faz sentir estranhos neste mundo é a perturbação ocorrida na atitude que mantemos em face da morte. Para o autor, ainda que acreditemos que a morte é o desfecho natural, necessário de toda vida, que temos de estar

¹ Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

preparados para um dia não estarmos mais neste mundo, nós agimos como se as coisas fossem diferentes. Manifestamos a tendência de pôr a morte de lado, de eliminá-la da vida, reduzindo-a ao silêncio. Em relação à própria morte, Freud entende que, no fundo ninguém acredita nela. Para ele, estamos, inconscientemente, convencidos de nossa imortalidade.

Já em relação à morte do outro, Freud explica que não admitimos sequer pensar, pois fazê-lo é ser considerado duro e malvado. No entanto, as mortes não deixam de ocorrer por conta desse nosso desprazer em pensar sobre ela, elas acontecem, nos atingem e abalam nossa expectativa. Diante da perda há um colapso psíquico, enterra-se com o ente querido todas as esperanças, ambições, alegrias. O autor conclui afirmando que temos a tendência de excluir a morte dos cálculos da vida e que quando ela ocorre não é mais possível negá-la, temos que crer nela. As pessoas morrem de fato, às vezes muitas em um só dia. Isso não é o acaso.

Após sua reflexão sobre a morte em nossa cultura Freud faz uma comparação de como a ficção elabora o jogo vida x morte.

Então é inevitável que busquemos no mundo da ficção, na literatura, no teatro, substituto para as perdas da vida. Lá encontramos ainda pessoas que sabem morrer, e que conseguem até mesmo matar uma outra. E apenas lá se verifica a condição sob a qual poderíamos nos reconciliar com a morte: de que por trás de todas as vicissitudes da vida nos restasse ainda uma vida intacta. Pois é muito triste que na vida suceda como num jogo de xadrez, em que um movimento errado pode nos levar a perder a partida, com a diferença de não podermos iniciar uma nova partida, uma revanche. No reino da ficção encontramos a pluralidade de vidas de que temos necessidade. (FREUD, 1914-1916, p. 173).

A temática da morte tem despertado o interesse de diversos pesquisadores, poetas, filósofos, literatos e outros estudiosos há milênios. Um dos mais importantes representantes do barroco brasileiro também se debruçou sobre esse tema. Padre Antonio Vieira, que ganhou destaque pelos seus sermões, escreve sobre vida e morte no Sermão da Primeira Dominga do Advento. Nesse texto ele reforça a tese de Freud de que ignoramos a morte. Mesmo diante de todas as constatações de que o homem caminha para o seu fim, preferimos não pensar nessa possibilidade. Vieira dizia que somos como os que navegando ao vento da maré, fixam o olhar para Terra, como se fossem a terra, os montes, as cidades que passam, quando, na verdade, quem passa somos nós, os homens. E ele conclui: “E vendo o homem com os olhos abertos e, ainda cegos, como tudo passa, só nós vivemos como se não passáramos” (VIEIRA, 1974, p.7).

Antes de entrarmos mais especificamente no texto freudiano que trata especificamente do luto, consideramos importante analisar mais uma relação entre o discurso do padre Antonio

Vieira e os estudos freudianos. Freud diz que encontramos na ficção a pluralidade de vidas de que temos necessidade, na ficção o homem poderia se reconciliar com a morte na medida em que a cada morte, surgisse uma nova vida, intacta. Vieira, se referindo aos sábios da Grécia, como Eusébio Cesariense, explica que todo homem que chega a ser velho, morre seis vezes. Ele se refere às fases da vida.

Passando da infância à puerícia, morre a infância; passando da puerícia à adolescência, morre a puerícia; passando da adolescência à juventude morre a adolescência; passando da juventude a idade do varão morre a juventude; passando da idade de varão à velhice, morre a idade de varão; e, finalmente, acabando de viver por tanta continuação e sucessão de morte, com a última, que só chamamos morte, morre a velhice (VIEIRA, 1974, p.8).

Talvez por isso a ficção seja a reconciliação com a morte. O homem sempre procura uma justificativa, um pensamento, uma verdade que produzirá sua compreensão do mundo, em alguns casos essa verdade pode ser religiosa, em outros científica. O fato é que no fundo entendemos que estamos nessa vida de passagem, ou como diria Vieira em “perpétuo passamento”. Não somos hoje o que fomos ontem, nem seremos amanhã o que somos hoje.

LUTO E MELANCOLIA

Em “Luto e melancolia” (1915), Freud não limita o luto como uma reação apenas a perda de um ente querido. Para o autor, o luto é a reação à perda de alguma abstração, algo significativo que tome as mesmas proporções da perda de um ente querido, como um país, a liberdade, um ideal, e assim por diante. Embora o luto tenha como característica uma profunda tristeza, ele jamais deve ser considerado uma condição patológica e não deve ser submetido a tratamento clínico. O luto é um processo natural e somente pode ser superado após um lapso temporal, sendo inútil e até mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele.

Já a melancolia é uma predisposição patológica, ela produz uma perturbação da autoestima e um empobrecimento do ego em larga escala. Enquanto no luto o sujeito reconhece o objeto perdido, na melancolia ele não sabe o que perdeu, há uma perda objetual inconsciente. Segundo Freud, o objeto talvez não tenha realmente morrido, “o objeto não morreu verdadeiramente, foi perdido como objeto amoroso (o caso de uma noiva abandonada, por exemplo)” (FREUD, 1914-1916, p. 130).

No trabalho de luto as energias que estavam envolvendo as memórias são aos poucos retiradas do objeto perdido e devolvidas ao ego, e a partir disso o ego pode investir em outros objetos. Esse é o processo de luto normal, onde se consegue substituir um objeto pelo outro. Essa substituição a que Freud se refere, embora nos pareça impiedosa, é um processo natural. O eu precisa renunciar ao objeto, considerá-lo morto para continuar vivo. Só assim, após a consumação do trabalho do luto, o eu fica novamente livre e desimpedido.

Na melancolia acontece outro processo, nesse caso a perda do objeto se transformou numa perda do Eu, que não aceita a perda o objeto e passa a se massacrar. À vista disso, o Eu passa a ser acometido, a pessoa vai perdendo energia psíquica e essa energia não consegue reestabelecer relações objetais, porque o próprio Eu é o objeto perdido. Melancolia é um luto acompanhado da perturbação da autoestima, da perda do Eu. “O complexo da melancolia se comporta como uma ferida aberta, de todos os lados atrai energias de investimento [...] e esvazia o Eu até o completo empobrecimento” (FREUD, 1914-1916, p. 137). De acordo com Freud, “no luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio eu” (FREUD, 1914-1916, p. 130).

A diferença do luto para a melancolia é a existência de um quadro depressivo. O luto, assim como a tristeza, faz parte da vida. No entanto, na melancolia há uma renúncia do interesse pelo mundo externo. Segundo Freud na melancolia há uma expectativa de punição, trata-se da “perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e diminuição da autoestima, que se expressa em recriminações e ofensas à própria pessoa” (FREUD, 1914-1916, p.128). No luto se manifesta os mesmos sintomas, com exceção da autoestima que não chega a ser afetada.

Maria Rita Kehl, em prefácio do livro organizado por Marilene Carone, “Luto e Melancolia”, que se propõe a fazer uma nova tradução do texto freudiano, parte de algumas perguntas para tentar compreender o trabalho psíquico empreendido pelo enlutado. “O que é sofrer? Em que consiste a dor do enlutado? O que caracteriza a angústia?” (KEHL, 2013, p. 9-10). Diante da perda do ente querido o sofrimento, a angústia, a culpa acompanham o enlutado. KEHL (2013), explica esse estado psíquico a partir de uma metáfora. É como ter sido arracando, arrebatado sem sair do lugar. É uma dor que permanece mesmo diante da ausência do objeto perdido. A falta não cessa a dor, pelo contrário, à medida que lugar vazio é percebido pelo enlutado ele tende a angustiar-se ainda mais. “A perda de um ser amado não é apenas perda do objeto, é também a perda do lugar que o sobrevivente ocupava junto ao morto. Lugar de amado, de amigo, de filho, de irmão” (KEHL, 2013, p. 14).

Como dito anteriormente, o luto não é patológico, com o tempo o apego do enlutado diminui e a dor cede lugar à aceitação da realidade. Segundo KEHL, por mais doloroso que seja esse processo, aos poucos o Ego vai ficando novamente livre e pronto para voltar a viver. A autora chama atenção para os sentimentos que envolvem o melancólico, segundo ela esse é mais difícil de ser entendido. Ele não sabe o que perdeu e, mesmo quando sabe, não consegue mensurar o que foi perdido junto com o objeto. Nesse caso a sombra do objeto encobre o Ego. Eles “debatem-se em autoacusações delirantes sem saber que os insultos furiosos voltados contra si próprios em verdade correspondem às características de alguma outra pessoa” (KEHL, 2013. P.14).

Os processos de elaboração, tanto do luto quanto da melancolia são inconscientes. No entanto, no luto não há barreiras para que se chegue à consciência. O enlutado, embora carregue a angústia e a tristeza da perda objetual, consegue pensar que está menos triste e que o tempo tem cooperado para um desapejo do objeto perdido. Já o melancólico quando consegue recuperar a libido, não a lança em outro objeto, retorna para o Ego, que se revitaliza com retorno da libido. KEHL (2013) explica que, nesse momento, diante do alívio de ter se livrado, ainda que temporariamente, da identificação com objeto perdido, o melancólico se entrega à períodos de mania. A mania seria um estado de humor radicalmente oposto à melancolia, essa não determina o fim daquela, é apenas outro polo, o que hoje a psiquiatria chama de bipolaridade. De acordo com a autora, “mesmo os mais graves episódios de tormento melancólico tendem a desaparecer depois de algum tempo e dar lugar a um estado de humor radicalmente oposto, a mania” (KEHL, 2013, p. 15). O melancólico vive num estado de tensão, de um lado está a vontade de abandonar o objeto perdido e refazer a vida, do outro, a tendência da libido de ser manter ligada a ele. Segundo KEHL (2013), as oscilações do humor do melancólico lembram as que atormentam os “psicóticos maníaco-depressivos”.

Essas breves considerações sobre o luto e a melancolia, são necessárias para que possamos introduzir nosso caso na ficção, o luto inconcluso dos familiares de pessoas desaparecidas. Nesse caso com o agravante da guerra. O cenário da nossa análise é o Brasil de 1974. Um país mergulhado num estado de exceção que durou 21 anos (1964-1985).

O LUTO INCONCLUSO NA FICÇÃO

O romance no qual basearemos nossa análise, *K. Relato de uma busca* (2014) de Bernardo Kuscinski se passa no Brasil, durante o regime militar. A narrativa se estrutura em torno do desaparecimento da irmã do autor que narra como o pai reagiu ao sumiço forçado da filha, e a sua

incansável busca por informações sobre o seu paradeiro. A narrativa é fragmentada: cada capítulo constitui uma unidade textual independente que faz avançar a intriga como se fora um puzzle, ou um quebra-cabeça, e entre a ficção, a imaginação, e relatos do contexto da realidade desses anos de chumbo, o autor tece a história da família Kuscinski e os traumas por ela vivenciados.

O autor é irmão de Ana Rosa Kuscinski, desaparecida política da ditadura militar brasileira. Filho de Majer Kucinski e de Ester Kucinski, seu pai teve duas irmãs que foram mortas, uma, num campo de extermínio, na Alemanha; e outra, pelas forças de ocupação nazista na França. Sua mãe teve toda a família exterminada pelas tropas nazistas durante a invasão da Polônia. Bernardo Kucinski escreve na condição de irmão de Ana Rosa, e a transfigura em personagem no romance estudado. Ele foi, assim como a irmã, um militante político, e é um sobrevivente da ditadura militar brasileira. Sofre a culpa de ter sobrevivido e traz as marcas da ditadura na sua escrita literária.

Distanciado da cena traumática por mais de quarenta anos, Bernardo, irmão de Ana Rosa, consegue escrever o testemunho da família Kuscinski. A distância no tempo soma-se a distância instaurada na própria narrativa pelo narrador, já que este escreve a partir da visão do pai. Embora estivesse envolvido na história, ele, narrador, aparece apenas uma vez como personagem secundário.

A obra toda se desenvolve a partir das memórias de Majer Kuscinski, personagem central da ficção, que no início, experimenta a impotência perante a recusa das autoridades de informar-lhe o paradeiro da filha. Em seguida, diante da falta de esclarecimento, das falsas informações, outra fase se instaura na narrativa, a busca pelo corpo. A impossibilidade de dar aos restos mortais o devido sepultamento faz com que o luto não siga seu fluxo. Sem corpo não há morte conclusa, não há perda efetiva. Por isso, K não esmoreceu, seguiu todas as pistas que levariam ao corpo da filha, mas nada foi encontrado, eram apenas falsas psitas, implantadas pelos militares para despistar as famílias dos desaparecidos.

A história da família Kuscinski tem como fio condutor o engajamento nas causas políticas, que levou parte de seus familiares a morte. K, assim como o filho, foi um sobrevivente. Veio para o Brasil fugido da polícia polonesa que o perseguiu por ajudar a fundar um partido político sionista de esquerda, o Poalei Tzion Smal (Partido dos Trabalhadores Sionistas de Esquerda). As duas irmãs de K não tiveram a mesma sorte do irmão: ambas foram mortas, uma, num campo de extermínio e a outra, pelas forças de ocupação nazista na Polônia.

K não falava para família sobre suas perdas, preferia evitar, como se não falar sobre as mortes afastasse o sofrimento, ou seria o medo da história se repetir. Há no sobrevivente a necessidade de se afastar de tudo que possa desencadear as lembranças traumáticas. Recordar-se do

fato significa para o traumatizado reviver o episódio como se estivesse ocorrendo naquele momento, e com a mesma sensação de dor e sofrimento vivenciados na primeira vez.

“... não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. Também aos amigos não gosta de mencionar suas perdas e, se são eles que as lembram, a reação é de desconforto” (KUSCINSKI, 2014, p. 166).

Ainda em relação à família Kucinski, temos o caso da esposa de K, Ester Kucinski, que também silenciara aos filhos que tinha tido toda a família exterminada pelas tropas nazistas. No caso da mulher de K, os distúrbios reacionais foram emocionais e físicos. Ela se afastou das amigas, rejeitou a filha, Ana Rosa, e acabou desenvolvendo um câncer de mama. O caso da Ester é o que Freud chama de melancolia, uma tristeza extrema que perturba a autoestima e pode levar a uma condição patológica. Segundo Freud, o melancólico perde seu amor-próprio, isso porque a perda relativa do objeto leva à perda relativa do Ego. Isso acontece porque ainda que não seja manifesta há no melancólico uma reação de revolta, “as reações exibidas nesse seu comportamento ainda vêm da constelação psíquica da revolta, que, por um determinado processo, foi transportada para a compunção melancólica” (FREUD, 1914-1916, p. 133).

“Desde que perdera o seio direito, na extração de um câncer de mama, a mãe quase não saía. Antes visitava as amigas com frequência, orgulhosa de seu porte elegante, seu rosto moreno, harmonioso, de nariz aquilino, bem talhado, e de seus cabelos negros ondulados” (KUSCINSKI, 2014, p. 39).

A história do pai se repete na vida do filho. Assim como o pai, Bernardo perde a irmã e carrega a culpa por ter sobrevivido. Outro ponto em comum na história do pai e do filho é o silêncio, Bernardo demorou quase quarenta anos para elaborar o trauma da morte da irmã. Já o pai nunca falou à família sobre a morte de suas irmãs. “K nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto” (KUSCINSKI, 2014, p. 166). Esse silêncio em torno da morte é uma particularidade humana, comumente as pessoas associam o silêncio à uma ausência de comunicação, mas na verdade, o silêncio é um elemento da comunicação que se faz presente em qualquer ato comunicativo. O silêncio pode ser na clínica psicanalítica uma escolha, uma alternativa de quem não se sente apto a enfrentar e se defrontar com o passado.

Na narrativa observamos, igualmente, o transtorno tardio por parte dos sobreviventes, pois este permanece intenso décadas após os fatos. O sobrevivente se culpa de ter sobrevivido, ao passo

que outros não tiveram a mesma sorte, e pensa que se tivesse agido diferentemente a tragédia poderia ter sido abortada, este é o caso de K. O pai da personagem desaparecida se responsabiliza a todo o momento. A culpa emerge numa crescente na narrativa, K é atormentado por seu monólogo interior e se penaliza com suas perguntas sem resposta: Por que escolheu o Brasil, ao invés da América do Norte? Por que não participou mais da vida da filha? Por que deu mais atenção à literatura iídiche do que ao que acontecia com sua família? Por que se casou com aquela alemã com quem a filha não simpatizara? Onde ele errou?

“A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa por ter sobrevivido” (KUSCINSKI, 2014, p. 167).

Na psicanálise freudiana a culpa é um indicativo do luto patológico, onde existe uma disposição para neurose obsessiva. Segundo Freud, “o conflito da ambivalência empresta ao luto uma configuração patológica e o leva a se exprimir em forma de autorrecriminações” (FREUD, 1914-1916, p.135). Nesse sentido, a própria pessoa enlutada é responsável pela perda do objeto amado.

Em relação à culpa em K, fica latente o estado melancólico do pai. “Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia” (KUSCINSKI, 2014, p. 166). Segundo o autor, “o sobrevivente só vive o presente por algum tempo, vencido o espanto de ter sobrevivido, [...], ressurgem com força inaudita os demônios do passado” (KUSCINSKI, 2014, p.166).

Diante da certeza da morte da filha, o pai tem um último desejo: que sua filha tenha uma sepultura, quem sabe assim ele colocaria fim nessa infundada busca. Em um primeiro momento ele procura o rabino, pois queria colocar uma lápide em nome de Ana Rosa ao lado do túmulo de sua mulher. O rabino é enfático e nega o pedido baseando-se no Talmud, livro sobre os preceitos religiosos. “O que é o sepultamento senão devolver à terra o que veio da terra.” (KUSCINSKI, 2014, p. 78) K argumenta com o rabino e usa como exemplo de lápide sem corpo o caso dos judeus mortos no holocausto. Eles foram homenageados no cemitério do Butantã. Entretanto, diante de sua argumentação foi admoestado pelo rabino por comparar o que aconteceu com a filha ao holocausto.

A colocação do maitzeivá é apenas a última etapa do sepultamento, para que os familiares e amigos possam reverenciar o morto e rezar o kadish por sua alma. Qual é a origem do maitzeivá? Por que ela era colocada por nossos antepassados? Era colocada para os túmulos não serem profanados, os corpos não serem violados, de modo que voltamos à questão inicial, se não há corpo não há o que profanar, não há o que violar, não porque colocar um maitzeivá (KUSCINSKI, 2014, p. 80).

Além disso, o rabino usa um pretexto para justificar o fato de Ana Rosa não poder ser enterrada no cemitério israelita: ela era casada com um não judeu. Estava se completando um ano do desaparecimento da filha, exatamente o tempo em que a lembrança do morto fica mais viva e a lápide é colocada. E, as palavras intolerantes e agressivas do rabino ainda ecoam nos ouvidos de K:

“O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é um matzeivá; mas ela era uma terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no nosso campo sagrado, que seja posta em risco por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?” (KUSCINSKI, 2014, p. 81).

Essa não era a primeira vez que se deparava com esse tipo de acusação. Em outra ocasião respondera com firmeza “Ela era professora universitária na USP” (KUSCINSKI, 2014, p. 82).

Diante da veemente recusa do rabino K resolve fazer para filha e o genro uma lápide em forma de um livro de memórias. Colheu depoimentos, organizou o material, e ao levar na gráfica mais uma vez foi surpreendido. “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa” (KUSCINSKI, 2014, p. 83).

K não aceita que a vida da filha passe sem registro no mundo dos vivos. Ele não concorda que transformem a história de luta e resistência de Ana Rosa em repulsa por parte de uma sociedade cega e submissa. “A falta da lápide equivale dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou seu mundo, formou-se na universidade, casou-se” (KUSCINSKI, 2014, p. 79).

K lutou com todas as forças para enterrar a filha, mas todas as suas tentativas foram fracassadas. O pai dilacerado morreu com a culpa, com a angústia e com a dor de nunca ter encontrado seu corpo, sequer teve informações sobre o que aconteceu com ela.

Havia se passado seis anos desde o desaparecimento da filha quando K comprou a nova casa e, ainda assim, cartas endereçadas à ela continuavam a chegar. Ele se perguntava como o sistema teria conseguido o seu endereço, e lembra-se de que ele mesmo pode ter associado o nome da filha ao novo domicílio nas inúmeras tentativas de encontrá-la. De fato, aquelas cartas mantinham de

certa forma o nome da filha no rol dos vivos. O carteiro nunca saberia que a destinatária não existia, que fora assassinada pela ditadura.

Ela não conheceu a casa do pai nem seus filhos mais novos, não pode ser tia dos seus sobrinhos, não pode ter seus próprios filhos. Ele não pode dar o último abraço na filha, não pode segurá-la nos braços, não pode se despedir, não teve onde visitá-la quando a saudade doía. K lutou com todas as suas forças, até o fim de sua vida para encontrar o corpo de Ana Rosa. Foi um guerreiro em carne viva, empunhou cartazes na cara da ditadura. O pai que procurava a filha desaparecida não tinha medo de nada. E mesmo diante da ausência dela, ele recebe cartas.

“É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk¹², sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária, quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos.” (KUSCINSKI, 2014, p. 10)

A morte de Ana Rosa foi um divisor de águas na vida de K, ele percorreu os perigosos labirintos da repressão sem jamais encontrar o corpo da filha. No início era a ânsia de encontrá-la viva que lhe dava forças de seguir em frente, mas com o tempo a esperança foi se esvaindo e o desejo de dar descanso ao corpo e zelar pela sua memória alimentou a saga do velho pai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a morte seja parte da natureza humana nosso aparelho psíquico não é preparado para enfrentá-la de forma natural. Os processos que envolvem o luto podem ou não levar a condição patológica, isso vai depender de como o Eu vai se comportar diante da perda do objeto amado, pois para Freud o luto é um trabalho do Ego. Os sentimentos que envolvem o luto são os mais variados possíveis, o fato é que o luto desaparece após um certo tempo, e após esse tempo o Ego consegue libertar sua libido e a vida segue seu rumo.

REFERÊNCIAS

FREUD, S. Luto e melancolia. In: _____. Sigmund Freud Obras Completas. Vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1917).

_____. Nossa atitude perante a morte. In: _____. Sigmund Freud Obras Completas. Vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1917).

_____. Luto e melancolia. Tradução de Marilene Carone. Cosac Naify, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. *K*. 2ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VIEIRA, A. Sermão da Primeira Dominga do Advento (1655). Texto-fonte: Sermões, col. Obras Imortais da Nossa Literatura, Editora Três, Rio de Janeiro, 1974. Edição eletrônica: Karina Beatriz Espíndola. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000007pdf.pdf> . Acesso em: 10 nov. 2017.

Recebido em 15/11/2017.

Aceito em 18/12/2017.